



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PASSOS
"CAPITAL DA REGIÃO CELEIRO"

PROJETO DE LEI nº 22/97

REESTRUTURA AS NORMAS DO FUNDO MUNICIPAL
DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS PEQUENOS
ESTABELECIMENTOS RURAIS DE TRÊS PASSOS ,
E REVOGA A LEI MUNICIPAL nº2.987/92.

ZILÁ MARIA BREITENBACH, Prefeita Municipal de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul, em cumprimento ao disposto no Art.87, inciso IV, - da Lei Orgânica do Município;

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica reestruturado o FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS PEQUENOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DE TRÊS PASSOS - FAPER , - criado pela Lei Municipal nº2987/92, destinado a financiar, incentivar e criar condições de desenvolvimento das atividades - agropecuárias de interesse do município, tanto as já existentes como as que surgirem, que passa a reger-se pela presente lei.

Art. 2º - Constituem recursos do FAPER :

- a - Dotações orçamentárias, contribuições financeiras oriundas de convênios, contratos e outras formas legais;
- b - Subvenções e auxílios estabelecidos pelos Poderes Públicos;
- c - Rendas decorrentes da exploração de bens próprios, da prestação de serviços ou empréstimos concedidos;
- d - Contribuições dos membros.

Art. 3º - O FAPER poderá firmar convênios com órgãos governamentais ou entidades privadas, com a finalidade de intermediar financiamentos destinados a investimentos ou custeio na produção.

Art. 4º - O FAPER financiará, prioritariamente, pequenos empreendimentos - até o valor equivalente a 350 (trezentas e cinquenta) sacas de milho de 60 kg (sessenta kilogramas), a preço mínimo fixado pelo Governo Federal.

§ 1º - Dependendo dos recursos disponíveis, o FAPER poderá alterar até o dobro o valor dos financiamentos.

§ 2º - Em caso de condomínios, multiplica-se o valor pelo número de sócios.

Art. 5º - Poderão habilitar-se ao financiamento os agricultores proprietários e/ou arrendatários de até 50 (cinquenta) hectares de terras, individualmente.

Art. 6º - Os pedidos de financiamentos deverão ser encaminhados ao FAPER - acompanhados de projetos elaborados pelos órgãos ligados aos setores produtivos e que fazem parte do Conselho Municipal de Agropecuária.

.....



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PASSOS
"CAPITAL DA REGIÃO CELEIRO"

PROJETO DE LEI nº 22/97

- Art. 7º - O Conselho Municipal de Agropecuária fiscalizará o FAPER, que prestará contas mensais de suas atividades ao Conselho, inclusive com Balancete e Balanço Anual.
- Art. 8º - O pagamento dos financiamentos será efetuado conforme sistema do Programa Troca-Troca.
- § Único - Na ocasião da liberação do financiamento, o valor será convertido em quilos (kg) ou litros (L) do produto objeto do incentivo, podendo ser pago em outro produto equivalente, a ser acordado quando da assinatura do contrato, a preço médio do mercado municipal, no dia da efetivação do pagamento.
- Art. 9º - Para cobertura das despesas geradas por esta lei, serão indicados os recursos nos orçamentos dos programas anuais.
- Art. 10 - O Conselho Municipal de Agropecuária elaborará o regimento interno do FAPER, o qual disporá, entre outras previsões sobre:
- a - o recebimento, estudo e deferimento dos pedidos de financiamentos;
 - b - controle e fiscalização da aplicação dos recursos financeiros;
 - c - prestação de contas ao Município e à comunidade ao final de cada exercício;
 - d - contabilidade do FAPER;
 - e - regulamentação de projetos.
- § Único - O Regimento Interno será encaminhado ao Prefeito Municipal, - que o instituirá por Decreto.
- Art. 11 - O FAPER será administrado por um Conselho Curador, com função normativa e deliberativa, assim constituído:
- a - Prefeito(a) Municipal;
 - b - Secretário Municipal da Agricultura;
 - c - Secretário Municipal de Finanças;
 - d - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
 - e - Extensionista Municipal da EMATER;
 - f - Representante da Cotricampo .
- § Único - O FAPER contará com um Secretário Executivo, posto à sua disposição pelo Município.

.....



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PASSOS


"CAPITAL DA REGIÃO CELEIRO"

PROJETO DE LEI nº 22/97

- Art. 12 - O Conselho Curador administrará os recursos do FAPER e manterá conta especial em instituição bancária, e decidirá sobre o deferimento dos projetos e seu financiamento.
- Art. 13 - O Município prestará apoio financeiro ao FAPER, através de do-
tação orçamentária da Secretaria Municipal da Agricultura, nos
seguintes casos:
- a - Na forma de cobertura de eventuais diferenças entre a evolução dos compromissos de financiamento normais de créditorural e -
aqueles oriundos da sistemática de pagamento em produto ou -
equivalente produto, sendo que o percentual de cobertura será
definido pelo Conselho Curador, através de emissão de parecer.
Para cobertura da diferença anteriormente citada, o proponente
deverá formalizar solicitação por escrito. A cobertura será -
efetuada somente em projetos produtivos na área da agropecuá-
ria.
 - II - Na forma de apoio às necessidades de financiamento das peque-
das pequenas propriedades e suas organizações associativas ,
seja na sistemática de pagamento em produto ou equivalencia -
produto.
 - III - Os recursos deverão ser repassados na forma de materiais, con-
forme orçamento apresentado, ou em moeda corrente quando se -
trata de convênios com tal exigência.
- Art. 14 - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revo-
gadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municí-
pal nº2.987/97.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE TRÊS PASSOS.

Aos 03 de abril de 1997.


ZILÁ MARIA BREITENBACH
Prefeita Municipal

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE TRÊS PASSOS
SRS. VEREADORES

PROJETO DE LEI Nº 22/97

REESTRUTURA AS NORMAS DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS PEQUENOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DE TRÊS PASSOS

EMENDA Nº.....

ACRESCENTE-SE ao Artigo 10 do projeto de lei a seguinte alínea:

Art. 10 -

a -

b -

c -

d -

e -

f - condições para prorrogação dos financiamentos em caso de frustração de safra, delinida através de parecer técnico do Conselho Municipal de Agropecuária.
g - a organização administrativa do Conselho Curador.

DÊ-SE ao Artigo 11 do projeto de lei a seguinte REDAÇÃO:

Art. 11 - O FAPER será administrado por um Conselho Curador, com função normativa e deliberativa, assim constituído:

a - Secretário Municipal de Agricultura;

b - Secretário Municipal de Finanças;

c - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

d - 01 (um) representante da EMATER;

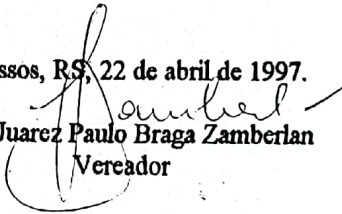
e - 01 (um) representante da COTRICAMPO;

f - 01 (um) representante dos agricultores escolhido pelos grupos Prórenda;

g - 01 (um) representante dos agricultores, escolhido pelo Conselho Municipal de Agropecuária;

Parágrafo Único -

Três Passos, RS, 22 de abril de 1997.


Juarez Paulo Braga Zamberlan
Vereador

(faper.doc)

JUSTIFICAÇÃO

A presente encenda objetiva:

- garantir a possibilidade de prorrogação dos financiamentos do FAPER em caso de frustração de safra, assim definida pelo Conselho Municipal de Agropecuária;
- definir no Regimento Interno os cargos de administração do Conselho Curador (presidente, secretário, tesoureiro, etc.);
- dar maior representatividade ao CONSELHO CURADOR, acrescentando 02 (dois) representantes dos agricultores, verdadeiros beneficiários do Fundo e suprimindo a participação do(a) Prefeito (a), tendo em vista que o Poder Executivo já está contemplado na composição do Conselho pelos Secretários de Agricultura e Finanças.
- liberar o(a) titular do Poder Executivo para as atividades normais da Administração;
- estabelecer número ímpar de componentes no Conselho, evitando eventual impasse em caso de empate em votação;

